

Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Folhas 02
Proc. 493/22

PROJETO DE LEI 036/ 2.022

“Altera a Lei 1.098, de 02 de Janeiro de 2.014 e, dá outras providências”

Art. 1º. O parágrafo único ao Art.10 da Lei 1.098/2014, passa a ser o Parágrafo 1º do mesmo artigo, mantendo-se a sua redação.

“Parágrafo 1º. O candidato que for membro do CMDCA e que pleitear função de conselheiro tutelar deverá renunciar ao mandato até a data de sua inscrição para o Conselho Tutelar.”

Art. 2º. Cria o parágrafo segundo ao Art. 10 da Lei 1.098/2014, com a seguinte redação:

“Parágrafo 2º. O candidato que for ocupante de cargo, emprego ou função na administração pública direta ou indireta deverá ser exonerado/demitido até a data de sua inscrição para o Conselho Tutelar, exceto os ocupantes investidos em cargos efetivos de carreira.”

Art. 3º. Cria o Art. 35-A e parágrafo único afeto ao Artigo na Lei 1.098/2014, com a seguinte redação:

“Art. 35-A. Investido no mandato eletivo de conselheiro tutelar, não é permitido o acúmulo de emprego ou função na administração pública direta ou indireta; para ocupar cargos em comissão, emprego ou função o conselheiro tutelar deverá renunciar ao seu mandato.”

Parágrafo único. O presente Artigo não se aplica aos ocupantes investidos em cargos efetivos de carreira junto a Administração Pública.”

Art. 4º. Os Conselheiros Tutelares atualmente eleitos que eventualmente estejam investidos em cargo, emprego ou função na administração pública direta ou indireta terão 30 dias, a partir da publicação desta lei, para se adequar a presente norma.



Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Folhas 03
Proc. 493122

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

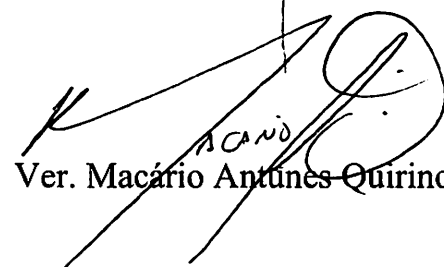
Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.


Bertioga, 01 de dezembro de 2022.


Ver. Antônio Carlos Ticianelli


Ver. Eduardo Pereira de Abreu


Ver. Gilmar Barbosa dos Santos


Ver. Macário Antunes Quirino


Ver. Matheus Del C. Rodrigues


Ver. Taciano Goulart C. Leite

CAMARA MUNICIPAL DE BERTIOGA

Protocolo

950

Data

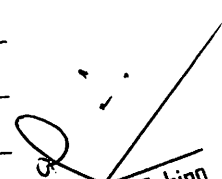
07/12/2022

Hora

10:17

Funcionário

Leite


Adm. Arilson Lisboa Sabino
Diretor-Dep. Administração



Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Folhas 01
Pág. 493/22

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A alteração na legislação municipal se faz necessária para tornar mais justo a disputa entre os que ocupam cargo, emprego ou função junto a Administração equiparando àqueles que não possuem a mesma oportunidade.

Sem fazer distinção entre cargo, emprego ou função na administração pública a norma cria isonomia a todos que prestam serviços públicos seja na direta ou indireta.

Após a posse e investido ao mandato de Conselheiro não será permitido ocupar qualquer cargo mediante afastamento do mandato eletivo, sendo necessário a renúncia a seu mandato para ser investido em qualquer cargo, emprego ou função junto a Administração Pública direta ou indireta.

No ensejo, pede-se que a tramitação se dê em regime de urgência especial.



Ver. Antônio Carlos Ticianelli



Ver. Eduardo Pereira de Abreu



Ver. Gilmar Barbosa dos Santos



Ver. Macário Antunes Quirino



Ver. Matheus Del C. Rodrigues



Ver. Taciano Goulart C. Leite